

Aprovado pela Sra. Diretora do CFPIC:

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL N.º 04/2025

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA PARA A EMPREITADA DE
CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO PARA REABILITAÇÃO DO EDIFICADO DO CFPIC NA SEDE EM S.
JOÃO DA MADEIRA E NO POLO DE FELGUEIRAS, NO ÂMBITO DO PRR.

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

SECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º | OBJETO

Artigo 2º | LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

Artigo 3º | CONTRATO

Artigo 4º | PRAZO DE VIGÊNCIA

Artigo 5º | PREÇO BASE

Artigo 6º | REVISÃO DE PREÇOS

Artigo 7º | ALTERAÇÕES AO CONTRATO

SECÇÃO II | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 8º | OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Artigo 9º | CAUÇÃO

Artigo 10º | CONFIDENCIALIDADE DE DADOS

Artigo 11º | OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 12º | RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Artigo 13º | FORÇA MAIOR

Artigo 14º | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Artigo 15º | ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Artigo 16º | DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Artigo 17º | GESTOR DO CONTRATO

Artigo 18º | REPRESENTAÇÃO

SECÇÃO III | PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Artigo 19º | EXTINÇÃO DO CONTRATO EM GERAL

Artigo 20º | RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 21º | RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA

Artigo 22º | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

Artigo 23º | SANÇÕES PECUNIÁRIAS

SECÇÃO IV | DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24º | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Artigo 25º | CONTAGEM DOS PRAZOS

Artigo 26º | ENCARGOS COM DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL

Artigo 27º | FORO COMPETENTE

Artigo 28º | DIREITO APLICÁVEL

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 1ª | FUNDAMENTAÇÃO

CLÁUSULA 2ª | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª | OBJETO

1. O presente caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do Ajuste Direto Regime Geral nº 04/2025 – “aquisição de Serviço de Coordenação de Segurança para a Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação do Edificado do CFPIC na sede em S. João da Madeira e no Polo de Felgueiras, no âmbito do PRR”.
2. O presente procedimento, por Ajuste Direto Regime Geral, é efetuado ao abrigo da alínea d), do nº1, do art.º 20º do CCP (doravante CCP).
3. É aplicável ao presente procedimento, o disposto no artigo 112.º e seguintes do CCP.
4. O CPV aplicado ao presente procedimento é o 71247000-1 Supervisão de trabalhos de construção.

CLÁUSULA 2ª | LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços que fazem parte do objeto do presente procedimento devem ser efetuados nas instalações do CFPIC, quer na Sede de São João da Madeira, quer no Pólo de Felgueiras.

CLÁUSULA 3ª | CONTRATO

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do presente caderno de encargos, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. Para além dos elementos referidos no número anterior, fazem parte integrante do contrato os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos e o convite;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados pelo Adjudicatário sobre a respetiva proposta.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º, e aceites pelo Adjudicatário de acordo com o artigo 101.º, ambos do CCP.

CLÁUSULA 4ª | PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente procedimento vigorará por dez meses, de março a dezembro de 2025.

CLÁUSULA 5ª | PREÇO BASE

1. O preço base do procedimento é de 11.000,00€ (onze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base constante no n.º 1 do presente artigo corresponde ao valor máximo que o CFPIC se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações, no âmbito do objeto do contrato a celebrar.
3. O preço base constante no número anterior foi estabelecido com base em consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP.

Artigo 6º | REVISÃO DE PREÇOS

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.

Artigo 7º | ALTERAÇÕES AO CONTRATO

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o Contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do Contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

SECÇÃO II | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 8º | OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a. Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
- b. Fornecer os bens objeto do presente procedimento, nos termos do presente caderno de encargos;
- c. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d. Possuir todos os seguros necessários e obrigatórios para fornecimento do objeto deste caderno de encargos;
- e. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao CFPIC o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento do objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o CFPIC;
- f. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do CFPIC;
- g. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

Artigo 9º | CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de caução, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 10º | CONFIDENCIALIDADE DE DADOS

1. A prestação de serviços realizada no âmbito do presente procedimento, pelo cocontratante e respetivos empregados ou colaboradores, independentemente do vínculo contratual que possuam com o mesmo, encontra-se sujeita à aplicação da Lei n.º 103/2015 de 24 de Agosto (Lei da Proteção de Dados Pessoais).
2. O cocontratante deve assegurar que todos os intervenientes na prestação dos serviços tenham conhecimento da legislação e regulamentação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, e da legislação portuguesa em vigor, pelo menos nos seus princípios gerais e relativamente aos preceitos que afetam o seu trabalho.
3. O cocontratante terá de garantir o sigilo quanto às informações que os seus técnicos e entidades/pessoas subcontratadas, venham a ter conhecimento, relacionadas com os trabalhos executados (seja ela informação facultada pelo CFPIC ou informação resultante do trabalho realizado). Estas não poderão ser utilizadas para nenhum outro fim.

Artigo 11º | OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Constitui obrigação do CFPIC, sem prejuízo de outras que estejam previstas no presente Caderno de Encargos, pagar as faturas emitidas pelo adjudicatário e gerir e acompanhar o contrato.

Artigo 12º | RESPONSABILIDADE DAS PARTES

1. Cada uma das partes deve cumprir as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e da lei, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.
2. A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adquirente, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas.

Artigo 13º | FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

6. Caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 1 (um) mês, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, mediante comunicação enviada à outra parte, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

CLÁUSULA 14ª | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O preço contratual será pago em prestações mensais, em número igual ao número de meses de execução do contrato, contra a apresentação de fatura, depois de conferida pelos serviços.
2. As quantias devidas pelos serviços prestados devem ser pagas no prazo até 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas.
3. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, será comunicado ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado com referência aos documentos que lhe deram origem.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por transferência bancária para o IBAN indicado pelo Adjudicatário.

Artigo 15º | ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326º do CCP.

Artigo 16º | DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao CFPIC de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais

relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 17º | GESTOR DO CONTRATO

Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, o CFPIC designou o Eng.º Paulo Almeida como Gestor do Contrato.

Artigo 18º | REPRESENTAÇÃO

1. O prestador, no prazo de 15 dias úteis contados da celebração do contrato, deverá informar por escrito o CFPIC, a pessoa e respetiva categoria que o representará junto da Direção do CFPIC.
2. A eventual substituição do referido representante deverá ser comunicada, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da mesma.

SECÇÃO III | PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Artigo 19º | EXTINÇÃO DO CONTRATO EM GERAL

São causas de extinção do contrato:

- a) O cumprimento, a impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- b) A revogação nos termos do artigo 331º do CCP;
- c) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão da entidade adjudicante, nos casos previstos na Lei.

Artigo 20º | RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o CFPIC pode resolver o contrato a título sancionatório no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de violação reiterada das condições contratuais, pelos serviços objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao prestador dos serviços já prestados em conformidade com o contrato.
4. O prestador poderá rescindir o contrato nos termos previstos neste caderno de encargos ou na lei.
5. A rescisão por parte do prestador não poderá afetar o objeto do contrato num prazo não inferior a 60 dias úteis a contar da data da notificação.

6. A rescisão não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil ou criminal por factos verificados durante o período de vigência do contrato.
7. O incumprimento por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato, confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
8. Para efeito do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

Artigo 21º | RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA

Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo CFPIC, previstas na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe esteja em dívida há mais de noventa dias.

Artigo 22º | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação obedece ao disposto nos artigos 316.º a 324.º do CCP. Em ambos os casos, depende de autorização prévia do CFPIC.

Artigo 23º | SANÇÕES PECUNIÁRIAS

1. Sem prejuízo da responsabilidade sobre danos excedentes e/ou causados a terceiros, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato de prestação de serviços, o CFPIC pode exigir o pagamento de sanção pecuniária, designadamente, pelo incumprimento da prestação do serviço pode o CFPIC exigir uma sanção pecuniária de 10% do preço contratual.
2. Em caso de incumprimento reiterado do definido no número anterior, quando o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual, o CFPIC pode determinar a resolução do contrato, podendo aplicar uma sanção pecuniária até ao limite de 30% do referido preço, caso opte por não resolver o contrato.
3. O CFPIC pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo da presente contratação com as sanções pecuniárias previstas nos termos do presente artigo.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o CFPIC exija ao prestador uma indemnização pelo dano excedente.

SECÇÃO IV | DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24º | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a. Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b. Por telecópia (fax);
 - c. Por carta registada com aviso de receção para a sede das partes.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 25º | CONTAGEM DOS PRAZOS

A contagem dos prazos no âmbito do contrato é efetuada nos termos do artigo 471º do CCP.

Artigo 26º | ENCARGOS COM DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL OU INDUSTRIAL

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento contratual, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Artigo 27º | FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes deste contrato será competente o Tribunal Fiscal e Administrativo de Aveiro, nos termos do nº 1 do artigo 19º da Código de Processos nos Tribunais Administrativos, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 28º | DIREITO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA 1ª | FUNDAMENTAÇÃO

O Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (CFPIC), na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, com vista à consecução do Investimento do PRR "RE-C06-i01: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional – Subinvestimento Modernização da Formação Profissional", entre o IEFP, EP. e o CFPIC, e após o procedimento por Concurso Público Simplificado com a denominação – de CONCURSO PÚBLICO SIMPLIFICADO N.º 02/2024, para aquisição de "Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação do Edificado do CFPIC na Sede em S. João da Madeira e no Pólo de Felgueiras", procedeu à contratação de Empreiteiro para execução da obra.

Consequentemente, e conforme a legislação em vigor, há a necessidade de recorrer ao serviço de Coordenação de Segurança em Obra, para a empreitada supra, para ambos os locais, por entidade habilitada para o efeito, objeto do presente procedimento.

CLÁUSULA 2ª | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS

1. Preparação Inicial da Obra, incluindo elaboração de Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro, recolha de toda a informação junto dos diversos intervenientes e apresentação à ACT, Validação Técnica do Desenvolvimento de PSS de Fase de Obra, procedimentos gerais, PTRE's, validação técnica dos processos documentais empresas, necessários para o início da atividade.
2. Coordenação de Segurança em Fase de Execução de Obra - Intervenção da Coordenação de Segurança de Obra incluindo acompanhamento dos trabalhos em visitas à obra (incluídas 4 visitas/mês), reuniões de CSO com a Entidade Executante, realização de relatório semanal de visita e relatório mensal, verificação da implementação das condições SHST para os trabalhos em curso, validação técnica das atualizações do DPSSO e PTRE's de acordo com a legislação vigente, verificação e aprovação dos processos documentais de empresas, trabalhadores e equipamentos, verificação dos processos de gestão do controlo de Subempreitadas e organização de estaleiro, interlocução com as Entidades Oficiais. Previsão Duração da Obra: 10 Meses

Em resumo, esta alínea inclui os seguintes serviços:

- 2.1** Realização de visitas técnicas (1/semana) e reunião de CSO;
- 2.2** Realização de relatório de visita/ata de reunião;
- 2.3** Realização de Relatórios Mensais de Desenvolvimento SHST para apresentação ao Dono da Obra;
- 2.4** Análise Prévia e Validação de Processos Documentais, avaliações de risco, procedimentos e instruções de trabalho.

3. Condições Particulares:

A proposta apresentada contempla os serviços de coordenação de segurança em fase de execução de obra, relativa às empreitadas em assunto.

A/o Coordenador/a de Segurança em Obra (CSO) detém, como principais funções, auxiliar o Dono da Obra, entidade proprietária e por conta de quem a obra é realizada, a dar resposta às suas obrigações legais, descritas no Decreto-lei nº 273/2003, de 29 de outubro, assim como o cumprimento das obrigações descritas na alínea 2 do art.º 19.º do mesmo documento.

Pretende-se, pelo presente procedimento, a Coordenação de Segurança em Obra, com acompanhamento semanal da segurança de ambas as obras, incluindo uma visita a cada obra por semana, validação, acompanhamento e entrega final do PSS, elaboração e verificação da documentação legal necessária para dar boa execução à "Empreitada de Conceção-Construção para Reabilitação do Edifício do CFPIC na Sede em S. João da Madeira e no Pólo de Felgueiras".